

PRIMEIROS APONTAMENTOS A UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de introduzir um debate sobre uma geografia do trabalho. Compreende-se o trabalho, ao mesmo tempo, como uma atividade social e um modo de vida que produz o espaço geográfico. Primeiramente, apresentam-se alguns conceitos sobre o trabalho no sentido de construir uma geografia do trabalho. Segundo, discute-se a relação entre o trabalho e o espaço geográfico (urbano). Terceiro, destaca-se a geografia do trabalho em países subdesenvolvidos. Por último, abre-se uma discussão no sentido da construção de uma geografia conseqüente do trabalho.

Palavras-chave: trabalho, espaço geográfico, geografia do trabalho

ABSTRACT

This article is an attempt to beginning a debate about a construction of a geography of work. We understand the work like a social activity and a way of life at the same time, which organizes the geographical space. Firstly, it introduces some concepts in work in order to construct a geography of work. Secondly, it discusses the relationship between the work and geographical space. Third, it talks about a geography of work in a underdeveloped country. Finally, it opens a discussion towards a 'consequente' geography of work.

Key words: work, geographical space, geography of work

1. INTRODUÇÃO

Analisa-se o papel do trabalho na produção do espaço urbano, construindo uma geografia conseqüente do trabalho. Mas o que é uma geografia conseqüente do trabalho? A geografia do trabalho é um campo do conhecimento que ressalta o papel do trabalho na produção do espaço. Ela torna-se conseqüente quando assume compromissos com a garantia da universalização do acesso a um trabalho que respeita a dignidade humana, sem os altos índices de exploração e precarização no âmbito das relações de trabalho.

O trabalho não se refere apenas à execução de tarefas em si, mas, ao mesmo tempo a: formação profissional; oportunidades de geração de empregos, ocupação e renda; investimentos públicos no setor; iniciativas empresariais; necessidades das pessoas etc. Enfim, refere-se ao conjunto dos elementos que, em sua totalidade, formam a estrutura sócio-espacial da vida humana, em permanente movimento. Desse modo:

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. [...] Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza,

¹ Prof. Adjunto do DCG-UFPE. E-mail: cjmc@ufpe.br; claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br

através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 1980: 161-162).

O trabalho é, pois, a dimensão vital da existência humana. H. Arendt considerou o trabalho como uma das três atividades humanas fundamentais, condições básicas à vida na Terra:

O labor [...] corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundialidade. (Destaque nosso) A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade (ARENDR, 2005:15).

Primeiramente, introduziu-se o trabalho como atividade social relevante ao processo contínuo de construção do espaço e, conseqüentemente, a uma geografia do trabalho. Em seguida, tratou-se das relações do trabalho com o espaço e das suas particularidades em cidades de regiões “subdesenvolvidas”. Por último, tentou-se construir um esboço teórico de uma geografia conseqüente do trabalho, destacando os processos que já acontecem no cotidiano das *classes que vivem do trabalho* (ANTUNES, 2202) (quarta seção).

2. O TRABALHO E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO: SUBSÍDIOS A UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO

Até o século XVIII, o trabalho era uma atividade desprovida de valor, sendo executada pelas pessoas das classes sociais hierarquicamente inferiores. No Brasil, do século XVI ao final do XIX (1888), o trabalho foi atividade de indígenas e escravos, enquanto o ócio era privilégio das classes sociais superiores. O trabalho só foi valorizado a partir da expansão do industrialismo. Em meados do século XIX, definiu-se a situação e a natureza do trabalho na sociedade cuja essência não mudou. Considerando a situação do trabalho como dimensão central do capitalismo, destacou-se que:

O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos riscos e dos capitalistas. [...] Mas onde existe uma extensa divisão do trabalho é extremamente difícil para o trabalhador orientar o seu trabalho para outras aplicações, e por causa da sua subordinação ao capitalista é o primeiro a sofrer dificuldades. (MARX, 2002: 66) Ao diminuir a riqueza da sociedade, [...] ninguém sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe trabalhadora (Ibidem: 67).

Assim, a única situação favorável ao trabalhador acontece, na sociedade capitalista, quando a riqueza aumenta, ou seja, quando a procura por trabalhadores supera a oferta. Mas, os trabalhadores perdem algo importante ao seu desenvolvimento enquanto homem, isto é:

Quanto mais desejam ganhar mais têm de abrir mão do tempo e realizar um trabalho de escravo, em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim abreviam as suas vidas. Redução análoga do tempo de vida é uma conjuntura favorável para a classe trabalhadora como um todo, já que torna necessária uma oferta sempre renovada de trabalhadores. Essa classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, para não ser arrasada como conjunto. (Ibidem: 67-68).

Inconformado com a situação reveladora de forte exploração do trabalhador – pensado pelos economistas liberais como simples animal, burro de carga cujas necessidades limitavam-se quase que exclusivamente a necessidades materiais –, Marx aventou que:

Uma nação que procura desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava do seu corpo. Acima de tudo, precisa de tempo livre para criar e usufruir da cultura. Os progressos da organização do trabalho facultam esse tempo. [...] Mas a divisão das vantagens que conquistamos ao velho Cronos no seu próprio campo é ainda determinada pelo jogo dos dados do acaso cego e justo (Ibidem: 74).

Hoje, o trabalho continua essencial na produção social do espaço. Pierre George, buscando uma abordagem ampla e profunda do papel do trabalho na construção do espaço, começou fazendo uma crítica ao *esquema dos três setores* do qual partiam os estudos que tinham no trabalho uma de suas dimensões; e identificou a importância das atividades de produção que se destacavam do conjunto daquelas que faziam parte do terciário tradicional cujas características, por sua vez, variavam muito intensamente de país para país.

Em vez de tratar o econômico como algo abstrato, descolado da realidade humana, vinculava-o às necessidades existenciais das pessoas nos seus diversos lugares de vida. Talvez essa evolução tenha sido um resultado da contribuição teórica de autores, fundamentada em bases empíricas de cidades de regiões “subdesenvolvidas”, dentre as quais se destaca a dos *dois circuitos da economia urbana*, chamando a atenção para o fenômeno global da terciarização, considerando, ao mesmo tempo, a questão das especificidades histórico-territoriais dos lugares. Nunca preterindo a permanente busca da natureza da produção do espaço, alguns disseram que o papel fundamental das atividades do *circuito inferior da economia urbana* é:

[...] o de permitir que as classes menos favorecidas tenham acesso, por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior, bem como o de produzir, ele mesmo, os bens de tipo moderno ou

tradicional que comercializa através de seu aparelho próprio. [...] Da mesma forma, um grande número de firmas pequenas e médias oferece uma produção manufatureira de qualidade inferior, mas mais acessíveis às classes modestas. (SANTOS, 2003: 92)

Mais especificamente, ainda nas palavras do próprio Santos (Ibidem: 126):

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano.

A modernização, assim, alcança somente uma pequena fração do setor terciário, continuando a parte mais densa do referido setor numa condição extremamente fracionada com os seus pequenos estabelecimentos e níveis baixos de produtividade. No tocante ao emprego em geral, o mesmo autor dizia que as diferenças seriam ainda mais marcantes. Mas, o pesquisador deveria indagar se os efeitos reais da inserção da modernização em economias urbanas subdesenvolvidas e na indústria moderna poderia ser uma solução efetiva aos problemas da ausência de empregos. Questões pertinentes para lugares onde as suas populações ainda não se achariam preparadas para aproveitarem-se dos benefícios da modernização os quais geralmente atendem mais os interesses do mercado econômico global, alheio à vida local:

Em muitas experiências, a prática das usinas transferidas de modo pronto para funcionar mostra que a técnica e suas performances aparentes não se adquirem por uma simples transferência material de máquinas e equipamentos. [...] o fetichismo da industrialização havia funcionado como uma crença à qual nem marxismo nem o liberalismo escaparam. [...] Os *pacotes tecnológicos* agiram concretamente como mísseis de destruição social e cultural. [...] Afinal, o modelo das indústrias industrializantes adotado não levou ao enraizamento, nem ao desenvolvimento de uma economia inovadora e diversificada. [...] Como todo organismo vivo, uma economia hiperespecializada sem criatividade endógena enfraquece a capacidade de adaptação à mudança e às incertezas (ZAOUAL, 2006: 56-7).

O que se torna ainda mais grave quando não se tem acesso a mecanismos técnicos e financeiros e a programas sócio-profissionais de qualificação condizentes, contribuindo à geração de novos problemas sintetizados num contexto de *medo generalizado* o que, por sua vez, contribui para a permanência e até extensão das formas de exploração e precarização no trabalho. Esse contexto, analisado a partir da realidade francesa, é representado pelo medo constante da ameaça de demissão, propiciando a propagação e mesmo aceitação, inclusive

pelos trabalhadores, das teses neoliberais com respeito ao trabalho:

Não existe mais trabalho. [...] As principais razões disso são o progresso tecnológico, a automatização, a robotização etc. O trabalho não mais suscita problema científico, tornou-se inteiramente transparente, inteligível e formalizável, sendo possível substituir progressivamente o homem por autômatos. O trabalho diz respeito tão-somente à execução. Os únicos problemas residuais da empresa residem na concepção e na gestão. Como perdeu seu mistério, o trabalho não mais se presta à realização do ego nem confere sentido à vida dos homens e das mulheres da 'sociedade pós-moderna'. [...] (DEJOURS, 2000: 42).

No Brasil, este medo generalizado atinge não somente as pessoas incluídas nas atividades do circuito superior da economia urbana como também, em função da própria especificidade da sua formação sócio-territorial, aquelas do circuito inferior. Ao mesmo tempo, o medo generalizado refere-se também ao conjunto de incertezas e inseguranças quanto ao medo de não conseguir ter acesso ao trabalho, em função, sobretudo, do processo de *espoliação urbana* vivenciado pelos pobres das cidades. Esse processo dificulta a realização das chances que eles poderiam ter se tivessem acesso aos meios de inclusão sócio-espacial que tanto buscam.

No Brasil, esse medo não possui a mesma conotação que possui na França. Em Recife, por exemplo, os trabalhadores do circuito inferior, que representam um expressivo contingente populacional, também têm medo. Em vez do medo da perda do emprego, ocorre o medo de não conseguirem um emprego e/ou de mudar as suas condições de vida. Mas por que tanta ênfase sobre a negação da relevância do trabalho nas sociedades contemporâneas, procurando-se impor outros alvos de atenção à sociedade e à ciência, instaurando o medo generalizado?

Esse medo é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, a mesma situação. E, sobretudo, desliga inteiramente os que sofrem a dominação no trabalho daqueles que estão longe desse universo – os excluídos, os desempregados [e os que ainda não se incluíram sócio-espacialmente na cidade] – e de seu sofrimento, que é bastante diferente daquele experimentado pelos que trabalham. Assim, o medo produz uma separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham (Ibidem: 52).

Na busca da construção de uma geografia do trabalho, primeiramente, viu-se, até aqui, que a dimensão espacial da sociedade foi desconsiderada no debate das relações do trabalho com a sociedade. George (1966) foi um dos pioneiros nesta tarefa, quando começou a demarcar o tema do trabalho como um grande tema, associado à existência do estudo das situações, das evoluções, das aspirações e das virtualidades dos grupos humanos. A geografia

começava a considerar o trabalho como um fator e, concomitantemente, um modo de existência, implicando nas ações das pessoas sobre o meio no qual vivem e desenvolvem suas atividades, num contexto historicamente definido.

Le travail est créateur de paysage et de mouvement quotidien caractérisant géographiquement une région, une ville, un port, un axe de circulation. A l'échelle séculaire ou au moins dans les limites de temps d'une génération, il crée un paysage. A l'échelle quotidienne, il impose ce que l'on a appelé un 'genre de vie', qui est une réalité géographique, éthmologique et sociologique à la fois. Mais il est essentiellement la condition d'existence du groupe parce qu'il est création de production, et qu'il n'y a pas consommation sans production et transmission de la production. (GEORGE, 1966: 95)

Discutindo, também, um “trabalho rural”, no âmbito de uma teoria geral da evolução dos modelos e das sociedades rurais, George (1966) considerou que toda introdução de novas técnicas não provocou aumento das dimensões espaciais do modelo. Mas uma intensificação da produção numa mesma área, não se cumprindo com a promessa do *pleno emprego* e privilegiando os interesses de uma minoria de pessoas pertencentes a grupos hegemônicos, indo muito além de uma análise descritiva das relações do trabalho com o espaço geográfico. As relações de troca que norteavam o trabalho colocaram os camponeses pobres numa situação de extrema dependência, subordinando-os aos proprietários e aos comerciantes. Tratava-se dos interesses que visavam à expansão do trabalho industrial o qual, para George (1966: 124), estava fortemente ligado a um processo de mundialização. Para ele, as funções das cidades definiam-se por meio de suas relações com o *mundo exterior*, cujos estudos acham-se vinculados aos diversos sistemas de relações sociais.

O trabalho sempre foi um importante fator na produção do espaço na medida em que os homens constroem o seu lugar de trabalho, ao mesmo tempo, em cooperação e competição, com base no uso coletivo do conjunto de elementos que encontram no cotidiano das suas relações sócio-espaciais. A geografia do trabalho é, na verdade, o estudo do trabalho como fundamento da vida social, pela sua espacialidade, isto é, pela dimensão espacial do trabalho. Além de criar os lugares onde se concentram as atividades humanas, o trabalho utiliza-se do conjunto das infra-estruturas existentes, implantadas pela sua própria dinâmica. Essa dinâmica obedece a intencionalidades e propósitos das classes hegemônicas que comandam o próprio movimento do desenvolvimento da sociedade. Ademais, as relações sócio-espaciais, tecidas pelo trabalho humano no e a partir do espaço geográfico – ao mesmo tempo como fixos e fluxos –, devem ser histórico-territorialmente contextualizadas.

3. DO TRABALHO ESPACIALMENTE CONCENTRADO AO TRABALHO ESPACIALMENTE DISPERSO...

Trabalho e espaço geográfico são, pois, duas dimensões da totalidade social em que os homens, ao longo da história, estabelecem um conjunto complexo de relações sociais que garantem as suas condições de vida. São as pessoas que, mediante o seu trabalho, movido por um conjunto de ações, constroem o espaço que lhes serve, ao mesmo tempo, de meio e condição à realização das suas próprias relações de trabalho e vida, fixando objetos novos e re-configurando aqueles já existentes que re-adquirem valor no âmbito das intencionalidades e dos propósitos inerentes a cada momento histórico da produção do espaço. Com relação à construção do espaço urbano, nas palavras do próprio George (1983: 166):

Qualquer forma de trabalho concentrado provoca ou favorece a formação ou o desenvolvimento de uma cidade. É por isso que toda ação industrial, que implica na criação de grandes estabelecimentos e no trabalho de massa, acelera a evolução urbana. [...] Da mesma forma, todo desenvolvimento resultante do grande comércio, que provoca a constituição de entrepostos, de agências de exportação-importação e de todas as formas de especulação financeira que demandam um grande trabalho burocrático, acelera as concentrações urbanas. Mas as formas de atividades concentradas, que aceleram a urbanização e determinam seus principais pólos de implantação acarretam um grande número de microatividades. Elas abrangem e sucessivamente sufocam ou reativam empresas herdadas do passado e que até então mantinham suas antigas proporções (GEORGE, 1983: 166).

Esse processo da estrutura do conjunto das atividades urbanas concentradas na cidade resulta, pois, numa dinâmica muito diversa, intensa e complexa dos empregos urbanos decorrentes não apenas da forte concentração de pessoas em grandes estabelecimentos, segundo George (1983), mas da concentração espacial em termos do financiamento e da gestão das atividades. Na cidade, o terciário efetua as mais rápidas e fortes concentrações de empregos e ocupações, influenciando no processo de construção sócio-espacial das cidades:

Toda cidade grande, em consequência das condições do seu desenvolvimento é, assim, rica em contrastes. Todas as qualidades profissionais de trabalho, todas as formas de relações econômicas e sociais, todas as idades de estabelecimentos e de edifícios industriais, comerciais, administrativos encontram-se aí reunidas, e é em parte o que atrai uma população ativa, certa de encontrar enorme diversidade de emprego e o máximo de oportunidades de poder de massa, sem grandes riscos, de um emprego a outro, de uma empresa a outra. (GEORGE, 1983: 170)

O mesmo processo foi pensado no âmbito das vantagens auferidas pelas empresas, ao considerar que os chefes das empresas também são atraídos pelo fenômeno da *densidade espacial*, podendo os empresários, na hora que desejarem:

[...] recrutar *in loco* uma mão-de-obra que [...] aprendeu a trabalhar com os outros e que pode ser renovada de um dia para outro. Mesmo as condições de crédito [para a realização de investimentos econômicos no espaço

urbano] são mais favoráveis [na cidade] do que no interior. (GEORGE, 1983: 170)

Assim, a fluidez da empresa na construção do espaço foi analisada como estratégia de desenvolvimento das próprias empresas e como tática de exploração do trabalho numa sociedade de classes. Desse modo, ficou mais evidente o quanto a extensão e a diversidade do mercado de trabalho constituem condições fundamentais à vida das pessoas em qualquer lugar da Terra, caracterizando a cidade como *lugar do emprego e lugar do trabalho*:

[...] a cidade [como qualquer espaço de concentrações] é, na grande maioria dos casos, um centro de atividades diversificadas. E é esta mesma diversificação que introduz, em economia liberal, a enorme variedade dimensional das empresas ou estabelecimentos, inseparável da multiplicidade das profissões. Nessa diversidade é possível distinguir as atividades próprias às grandes cidades, outras, ao contrário, que podem ser comuns às cidades pequenas e médias e a centros não urbanizados de agrupamento de trabalho. (GEORGE, 1983: 175)

A forma e a distribuição do trabalho acham-se vinculadas aos sistemas técnicos criados pela sociedade, ao longo da história da sua formação. Esses sistemas incluem, ao mesmo tempo, materialidade, modos de organização e regulação. Nesse sentido: “a divisão territorial envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais.” (SANTOS e SILVEIRA: 2001: 20) Mas essa divisão territorial do trabalho implica na criação de uma hierarquia entre os diversos lugares da Terra, redefinindo, a cada contexto histórico, a intensidade das ações das pessoas, das empresas e das instituições governamentais e não-governamentais, o que, muitas vezes, tem como resultado a formação de uma estrutura de lugares baseadas no mandar e no fazer. Quanto mais denso é o conjunto de técnicas territorializando-se num lugar – pela sua incorporação direta ao solo, pelo seu uso na produção e como insumos técnico-científicos –, maior é a capacidade de mando desse lugar em função, principalmente, da eficácia, divisão e espacialização do trabalho. O espaço condiciona a localização das ações da dinâmica social do trabalho.

Surgida como lugar de troca de bens e conhecimento, no âmbito do processo de concretização da primeira divisão do trabalho entre as atividades de produção agrícola e as de serviços, a cidade passou também a concentrar, sobretudo a partir do século XIX, atividades de produção industrial, tornando-se espaço privilegiado da concentração de trabalho. Hoje, a cidade tende, outra vez, a concentrar os serviços fundamentais ao novo capitalismo industrial, em função da diversificação e do aumento da divisão do trabalho.

Não se pode deixar de admitir, também, que os avanços técnico-científicos e a aceleração da circulação de informações provocaram condições materiais e imateriais ao

crescimento da especialização do trabalho em diversos lugares do mundo atual. Essa especialização tem-se tornado fundamental nos serviços ligados à sociedade de consumo. Essa dinâmica sócio-espacial, criadora e impulsionadora de vários tipos de atividades, expande-se espacialmente em função dos contínuos processos de deslocamento, suscitando diversos postos de trabalho:

La desindustrialización algo después, habría venido a terciarizar a las ciudades, de forma relativa o absoluta, al mismo tiempo que la nueva hegemonía del consumo, que parece desplazar a la producción de su papel exclusivo de organizador de las actividades económicas, se muestra también creadora de empleo y de riqueza y dinámica urbanas. [...] Por un lado, la concentración progresiva de las empresas a escala global, y, por otro, la rapidez de los circuitos del capital lleva a muchos empresarios a invertir en actividades financieras donde el beneficio se obtiene más rápidamente que en el sector industrial (CARRERA, 2003: 187).

No processo em que as atividades produtivas passam a depender menos do trabalho manual em seu processo produtivo, as cidades tornam-se o espaço da concentração do desemprego e da concentração de novos tipos de emprego e, sobretudo, de ocupações. Isto está tão forte que repercute na estrutura urbana criada pelos urbanistas da corrente do racionalismo funcionalista. Além dos quatro tempos que estruturavam funcionalmente a cidade – emprego, circulação, ócio e descanso – esboça-se hoje um novo modelo em que:

La noche, por ejemplo, es el nuevo tiempo de consumo para jóvenes y marginales y, a la vez, también, nuevo tiempo de empleos en el sector de los servicios al consumo. Se constituye así una sociedad productiva durante las 24 horas del día; el ejemplo de la Silicon Alley de New York o del distrito 22@ de Barcelona van en este sentido, al igual que las consecuencias que genera el teletrabajo, con un Internet globalizado funcionando 24 horas sobre 24. El conflicto en torno a los horarios comerciales en las sociedades tradicionales, socialdemócratas y católicas no es más que otro ejemplo de resistencia al cambio. Por otro lado, los empleos hoy presentan una cualificación decreciente y tienen siempre fecha de caducidad, con lo que se asiste a la llamada precarización del trabajo. (CARRERA, 2003: 190)

Essas “novas” territorialidades do trabalho representam uma *continuidade fragmentada* na medida em que provocam uma quebra sensível na especialização zonal, suscitando: o retorno do trabalho em domicílio a qualquer hora do dia mediante o uso do computador; a realização do trabalho no interior de alguns meios de transporte com o uso do computador em trens, aviões, bem como o uso de celulares em ônibus e ruas; o trabalho na sala de jantar da família tornou-se uma vitrine comercial, um ponto onde se estuda o produto e se compra; o trabalho nos restaurantes, centros de trabalho com os almoços ou jantares de negócios dentre outras formas de manifestação expandida do trabalho. É esse conjunto de processos que está configurando o que se está chamando, neste artigo, de trabalho espacialmente disperso. Nas

regiões metropolitanas brasileiras, quase a metade da população acha-se ocupada em atividades de serviços, as quais apontam tendências crescentes de aumento em face de outras atividades que pareciam muito mais dinâmicas num passado recente (Quadro 1).

Quadro 1. Brasil – Regiões Metropolitanas. Participação do Emprego Total da Indústria de Transformação e dos Serviços, entre 1991 e 2001. Fonte dos dados: IBGE/PME.

PERÍODO	PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO TOTAL (%)	
	Indústria de Transformação	Serviços
1991 – 1992	22,5	35,5
1992 – 1993	20,5	36,9
1993 – 1994	20,2	37,5
1994 – 1995	20,0	38,0
1995 – 1996	19,5	38,5
1996 – 1997	18,5	37,5
1997 – 1998	17,6	40,0
1998 – 1999	17,0	41,0
1999 – 2000	16,2	41,0
2000 – 2001	16,4	42,0

Em Pernambuco, onde se acha situada a Região Metropolitana de Recife (RMR), as atividades terciárias também ocupam a maior parte do total da economia. Os serviços apresentaram um significativo crescimento, sobretudo no que tange aos pessoais, sociais (privados) e de distribuição, serviços nos quais está empregada a maior parte dos trabalhadores. (Quadro 2) Os serviços de apoio à produção também cresceram, entre 1994 e 2001.

Quadro 2. Pernambuco. Crescimento dos Tipos de Serviços, segundo os Sub-setores, 1994 – 2000. Fonte dos dados: IBGE/PME.

TIPOS DE SERVIÇOS	PESSOAS EMPREGADAS (%)
Distribuição	+ 4,2
Apoio à Produção	+ 3,1
Sociais (excluídos os públicos)	+ 5,4
Pessoais	+ 9,9

Alguns ciclos de crescimento promovem ilusões de que esse contexto histórico produz transformações que desembocam no aumento de oportunidades concretas de emprego, *fábula*. Com efeito, quantitativamente nota-se a ampliação de oportunidades de emprego as quais, qualitativamente, na realidade, são ocupações temporárias, precárias e problemáticas quanto à inclusão social. Esse aumento não tem sido acompanhado, a partir dos anos 1990, pelo crescimento de contribuições para a previdência social, remetendo-nos a relações “precárias” de trabalho. Ademais, à medida que o trabalho se especializa, a sindicalização diminui:

Novas formas técnicas e organizacionais, como a informatização e a

automação das tarefas tanto nas atividades agropecuárias quanto na indústria e nos serviços, os novos modos de circulação, os atuais tipos de contratação e as políticas trabalhistas, conduziram [...] a uma precarização das relações de emprego e a um aumento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos. (SANTOS & SILVEIRA, 2001: 220)

O que reafirma os lugares urbanos como extensas áreas onde se distribuem teias de coexistências não só de atividades variadas, mas também de diversas formas de organização do trabalho, em qualquer que seja o espaço de aglomeração de atividades econômicas. A cidade é, simultaneamente, meio de trabalho para a população ativa e meio de vida para as pessoas tanto no circuito inferior como no superior da economia urbana. Não se pode negligenciar a coexistência desses dois circuitos, impulsionadores de formas, ao mesmo tempo, de trabalho (ocupações) e emprego praticamente inexistentes nas estatísticas oficiais.

En líneas generales lo que más crece en valores absolutos es el empleo de baja cualificación, en la mayoría de los casos con bajos salarios y con altas tasas de precariedad, así por ejemplo se desarrollan los trabajos vinculados a los servicios de proximidad, a la hostelería, al comercio, a la seguridad, al ocio, etc., e incluso se descualifica una parte del empleo industrial. [...] La infraclase urbana [...] no hace más que aumentar en paralelo con el crecimiento de los servicios que demandan las nuevas elites urbanas empleadas en los sectores más punteros del circuito superior. (BALLESTEROS, 2003: 218)

Tendência, aliás, apontada por Harvey (1992) quando, visando à elucidação da natureza do processo de organização sócio-espacial do trabalho no mundo contemporâneo, destacava a coexistência – também conflituosa – de um *mercado primário de trabalho* mantendo os níveis de estabilidade e salarização próprios do fordismo; um *mercado secundário de trabalho* apresentando níveis significativos de instabilidade, precariedade e dessalarização; e um conjunto de *situações de trabalho autônomo, subcontratação, trabalho temporário*. Assim:

Os tipos de empregos criados em muitas instâncias atuam igualmente contra toda mudança progressista na distribuição de renda, uma vez que a ênfase em pequenas empresas e na subcontratação podem ter efeitos secundários que encorajam diretamente o ‘setor informal’ como base para a sobrevivência urbana. [...] De maneira análoga, os tipos de atividades de serviços e funções gerenciais que se consolidam nas regiões urbanas tendem a ser empregos de baixa remuneração (frequentemente ocupados exclusivamente por mulheres), ou posições altamente remuneradas do primeiro escalão da hierarquia gerencial. (HARVEY, 1996: 58)

Ademais, as cidades são espaços em que se nota uma forte coexistência de formas de trabalho espacialmente concentradas com formas de trabalho espacialmente dispersas, vinculadas aos circuitos superior e inferior das economias urbanas. Não são raros os casos em que empresas obtêm serviços de pessoas, mediante formas diversas de teletrabalho, que realizam as tarefas em seus próprios lares e/ou de onde estiverem conectados à internet, com

já o dissemos mais acima. Também, muitas pessoas, como autônomas, por exemplo, fixam, flexivelmente, pequenos negócios em qualquer ponto da cidade mediante os quais se aproveitam dos fluxos cotidianos de consumidores, prestando-lhes pequenos serviços.

Fato que está ligado às necessidades atuais de expansão do capitalismo, que, por sua vez, nunca deixou de utilizar da estratégia de flexibilização para se consolidar enquanto tal, ainda que essa flexibilização tenha implicado na precarização das condições de trabalho e de vida das classes que vivem do trabalho. Nota-se que, muito além de perspectivas ligadas ao surgimento e à diversificação de novos empregos nas cidades, em termos puramente quantitativos, deve-se considerar a qualidade desses empregos. Em outras palavras, em que medida esses novos empregos conseguem efetivamente engajar um número significativo de pessoas? E como eles propiciam condições dignas de trabalho e vida a essas pessoas?

4 A GEOGRAFIA DO TRABALHO NUMA CIDADE DE REGIÃO SUBDESENVOLVIDA

Convém lembrar que um dos problemas essenciais, inerente a qualquer reflexão teórica sobre a organização espacial de uma sociedade, deve considerar um conjunto de preocupações que pode ser representado pelas seguintes indagações: Por que cada objeto está situado num determinado lugar e não noutra? Por que uma inovação aparece num dado lugar e não noutra?

No Brasil, a maior parte da sua população – mais de 80% segundo o IBGE – acha-se localizada nas cidades. Foi aí que o terciário, já fazendo parte do que se chamou de *urbanização do trabalho*, tornou-se fundamental na economia urbana. Com efeito:

A crescente complexidade da vida quotidiana e a multiplicação dos apelos a serviços de lazer, de reparação de material mecânico, a diversificação das espécies de consumo, [...] a importância e a diversidade das formas de recorrer ao crédito, aos seguros, a atenção dada aos problemas da saúde, da educação, da cultura, os cuidados requeridos pelas diferentes classes de idade, mobilizam, ao lado de uma dada população, um exército de técnicos e manobristas dos mais variados serviços, situando-se do mais baixo ao mais alto degrau da escala das classificações profissionais. E cada qual dos que cooperam para a segurança e o quotidianismo da vida de terceiros é, por sua vez, um utilizador desses serviços. (GEORGE, 1979: 164-65)

Essa multiplicação das atividades terciárias, como conseqüência e, ao mesmo tempo, característica de um *gênero de vida*, achava-se, segundo George (1979), associada: à progressiva concentração de todas as formas de atividades no espaço urbano; e à participação do trabalho feminino. Fatores mais importantes que contribuíram para a formação da urbanização do trabalho a qual produziu um espaço econômico, uma rede de formas espaciais articuladas, geradoras de empregos do circuito superior da economia (Fig. 1).

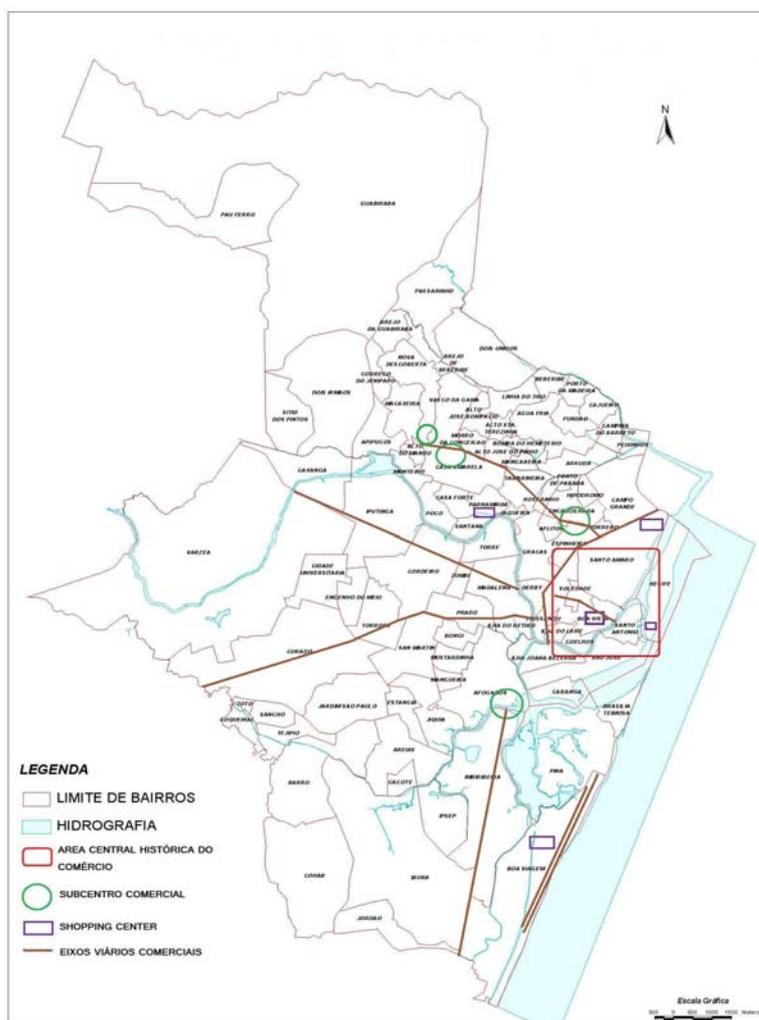


Figura 1. Recife. Localização das áreas de maior concentração espacial de atividades econômicas, ligadas ao circuito superior da economia urbana. Fonte da base cartográfica: Divisão de geoprocessamento da Prefeitura do Recife. Fonte das informações: conhecimento empírico do autor deste artigo.

Trata-se de uma representação espacial da localização e distribuição, em Recife, das principais áreas historicamente geradoras de empregos “formais”: a área central histórica do comércio, os subcentros comerciais, os eixos viários comerciais e os *shopping centers* dentre outras. Hoje, esse espaço econômico acha-se mais complexo na medida em que as formas espaciais representadas coexistem com outras, que são difíceis de serem cartografadas em razão, sobretudo, da ausência de base de dados fiáveis, exigindo, ainda, esforço sobrecomum de uma ampla pesquisa empírica. Referimo-nos às pequenas iniciativas de prestação de serviços às pessoas – de reparação de objetos, de restauração, comerciais em geral etc. Se a representação destas atividades fosse feita agora, dever-se-ia localizá-las ao lado de todas as formas econômicas representadas na figura 1, o que é próprio, como já vimos, de cidades de

regiões subdesenvolvidas em praticamente todo o mundo (Quadro 3).

Quadro 3. BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS. Nível da Informalidade no Emprego, entre 1991 e 2001. Fonte dos dados: IBGE/PME.

PERÍODO	NÍVEL DA INFORMALIDADE (%)		
	Na Indústria de Transformação	Nos Serviços	Total
1991 – 1992	19,0	57,0	40,0
1992 – 1993	20,0	58,0	42,0
1993 – 1994	20,5	58,0	43,0
1994 – 1995	21,0	59,0	45,0
1995 – 1996	25,0	58,0	46,5
1996 – 1997	25,5	59,0	47,0
1997 – 1998	29,0	58,8	47,5
1998 – 1999	30,0	59,0	48,0
1999 – 2000	30,5	60,0	50,0
2000 – 2001	30,0	56,5	49,0

Considerado *setor refúgio* ou *válvula de escape* às pessoas sem emprego e sem possibilidades concretas de consumo ao nível do circuito superior, o circuito inferior desempenha um papel, também, ideológico ao garantir a manutenção da ordem sócio-espacial estabelecida, mantendo número considerável de pessoas ocupadas, sobretudo no setor de serviços. Segundo Cavalcanti (1978), mesmo empresários do circuito superior da economia urbana praticam a informalidade no trabalho, notadamente nas atividades de prestação de serviços. Essa interdependência é tão forte que uma modificação do comportamento num desses níveis de organização da economia da cidade compromete a estabilidade da economia total.

Recife manifesta essa informalidade em vários lugares, havendo uma especialização de áreas comerciais do circuito inferior: Casa Amarela, com a sua produção artesanal e a comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama, com os seus marceneiros e reparadores de artigos os mais diversos; Afogados, Beberibe, Encruzilhada e Várzea bem como Casa Amarela, Nova Descoberta e Vasco da Gama, com seus mercados, suas feiras e seus artesanatos; Santo Antônio e São José, com seus camelôs “especializados” na venda de alimentos, calçados, roupas, aviamentos, utensílios domésticos e artigos industrializados importados; Boa Viagem e também São José, com seus artesanatos e souvenirs; Pina e também Boa Viagem, com prestação de pequenos serviços a banhistas tais como alugueis de

espreguiçadeiras, bóias, sombrinhas de sol e a venda de alimentos e bebidas frescas à praia.

Por isso, o seu fomento está sempre sendo manifestado em discursos políticos e programas de governos. O que interessa de fato às elites político-econômicas locais é encontrar e apresentar à sociedade, alternativas imediatas à resolução da questão do desemprego, não importando se ela será resolvida pelo aumento do número de empregos efetivos ou de ocupações, não se preocupando enfim com a sua sustentabilidade do espaço geográfico.

Na RMR, 34,6% dos empregados acham-se na condição de “empregados sem carteira assinada”, número superior aos apresentados pelas regiões metropolitanas do Sudeste, bem como pela de Salvador (Quadro 4), demonstrando permanência da desigualdade sócio-espacial, também, no âmbito da situação das classes que vivem do trabalho.

Quadro 4. Brasil e Regiões Metropolitanas. Distribuição Percentual da População Empregada, em 2004. Fonte: IBGE/PNAD, 2004.

BRASIL E REGIÕES METROPOLITANAS	EMPREGADOS	
	Total	Com Carteira Assinada
Brasil	48,6	62,5
Belém	42,5	56,8
Fortaleza	53,1	59,8
Recife	52,5	65,4
Salvador	53,5	67,2
Belo Horizonte	56,0	72,8
Rio de Janeiro	53,3	73,4
São Paulo	63,3	70,9
Curitiba	57,0	76,7
Porto Alegre	57,8	74,8
Distrito Federal	53,2	71,8

Da mesma maneira, a RMR também exhibe significativos percentuais de pessoas ocupadas situando-se nas faixas de menor rendimento, bem como menores percentuais nas de rendimentos de mais de 3 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos, com relação às regiões metropolitanas do Sudeste (Quadro 5).

Quadro 5. Brasil e Regiões Metropolitanas. População ocupada, por classe de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, em salário mínimo, em 2004. Fonte: IBGE/PNAD, 2004.

BRASIL E REGIÕES METROPOLITANAS	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO OCUPADA, POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL
--	--

	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Brasil	20,4	18,4	28,5	10,1	10,9	10,3
Belém	15,1	26,2	30,1	9,3	9,1	8,6
Fortaleza	16,8	29,3	30,2	6,5	8,2	8,1
Recife	15,9	25,5	30,3	7,2	8,8	10,6
Salvador	17,0	24,5	29,3	9,1	8,6	9,0
Belo Horizonte	11,6	17,0	34,3	9,9	12,0	12,6
Rio de Janeiro	5,0	12,1	32,1	14,2	14,8	16,1
São Paulo	4,3	8,8	31,0	15,1	18,3	18,4
Curitiba	8,7	11,2	32,6	13,3	17,8	15,9
Porto Alegre	7,4	10,5	34,5	14,2	16,0	16,0
Distrito Federal	3,5	11,1	32,1	9,6	14,2	28,1

Essas condições tornam a informalidade mais complexa. Por isso mesmo as tentativas de regularização deste comércio não tiveram tanto êxito. A expulsão, durante os anos 1990, dos comerciantes do circuito inferior da economia de áreas valorizadas do centro histórico da cidade e a construção, na Avenida Dantas Barreto, do “Camelódromo”: um corredor de Boxes, com depósitos para as mercadorias, visando à fixação dos ambulantes expulsos das áreas “revitalizadas” daquele centro. Mas não se conseguiu solucionar o problema porque as ações governamentais ocorreram de modo pontual e limitado, faltando-lhes uma reflexão profunda acerca da natureza e significação social dos serviços e de como eles têm contribuído para a produção complexa do espaço. Pensando e avaliando os acertos e erros cometidos na busca de um planejamento conseqüente do espaço urbano, baseando-se, conforme Souza (2008), na opinião dos próprios usuários daquela forma espacial, ou seja, dos camelôs.

Faz-se interessante também notar que o contexto histórico atual, do desassalariamento e da desmobilização sindical, processos que também estão ligados à globalização neoliberal, repercute também no crescimento da precarização nas relações de trabalho. O que contribui para o abaixamento do poder de reivindicação por melhores condições de trabalho.

A *crise do emprego* tem repercutido sobremaneira na urbanização do trabalho, reconfigurando os lugares urbanos. Em lugares situados em cidades de regiões subdesenvolvidas, essa crise tem atingido as pessoas que se acham no grupo de trabalhadores que possuem carteira assinada e acesso a direitos trabalhistas. Hoje, no contexto de uma *globalização perversa*, têm-se, no âmbito do conjunto das relações sociais, consideráveis

níveis de exploração, precariedade e seleção de pessoas, repercutindo, fortemente, no processo de vida das classes que vivem do trabalho. Não convém negligenciar as relações do trabalho com a vida das pessoas visto que, como já colocado antes, o trabalho constitui um fator muito importante no processo de existência em qualquer que seja o lugar.

A precarização possui vários efeitos na sociedade. No caso específico do trabalho, eles são representados, segundo Dejours (2000: 51): pela intensificação do trabalho e o conseqüente aumento do sofrimento subjetivo; pela neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a dominação e a alienação; pela estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez frente também ao sofrimento dos outros a fim de resistir e garantir o seu emprego; e pela individualização, destruindo a reciprocidade ainda existente. O que, guardando as suas especificidades, parece expressar a realidade da geografia do trabalho no tempo presente, em cidades de região “subdesenvolvida”. Mais especificamente, nos anos 1940, em decorrência da conjugação dos processos de aceleração da urbanização e industrialização, impulsionando fluxos de migração de populações do campo para a cidade, ocorreu, até os anos 1980:

[...] um significativo crescimento da taxa de participação dos trabalhadores assalariados no conjunto da população economicamente ativa: durante os anos [19]70, esta taxa foi maior que o próprio crescimento da população. A recessão de 1981/83 leva a taxa de [...] participação dos assalariados a se esgotar e aí, neste momento, o desemprego deixa de ser um dado irrelevante, passando a se constituir, talvez, na questão mais séria da realidade econômica brasileira contemporânea. (REDEESCOLA, 1998)

Ao mesmo tempo em que se investiu no crescimento da produtividade, não se investiu o suficiente em programas sociais efetivos de formação profissional. Desde os anos 1990, muitas foram idéias e ações colocadas em pauta nos debates visando solucionar o problema do subemprego e do desemprego: pelas vias da *desregulamentação das relações de trabalho* e da permanência do Estado como principal regulador, embora menos intervencionista, dos problemas sociais; notando-se a coexistência de elementos inerentes às duas.

As principais políticas sociais mais efetivas do Estado brasileiro especificamente para os trabalhadores são, basicamente, duas: a do Seguro-Desemprego, criado em 1986; e a do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além, é claro, de ações governamentais voltadas à provisão de serviços públicos aos trabalhadores, relativas aos setores de educação, saúde, habitação etc. Mas muito ainda precisa ser feito para que elas sejam eficazes no processo contínuo de mudança das condições sócio-espaciais de trabalho e vida das pessoas. Sem o amparo de instituições públicas, as classes que vivem do trabalho tenderão a sofrer os efeitos

de uma flexibilização inconseqüente. Mas, a sociedade tem que ficar em alerta, pois:

É comum depararmos nos discursos de educadores e de órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e do ensino profissionalizante, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a idéia de que o perfil do trabalhador a ser exigido a partir das mudanças que estão se configurando nesta modernidade contemporânea é a de um profissional altamente qualificado, polivalente, criativo e com iniciativa. Também é salientada a natureza cidadã da educação que permitirá uma formação capaz de dar aos novos profissionais autonomia e capacidade de tomar decisões, necessária, nesta perspectiva, às novas demandas do setor produtivo. (DIAS, 2000: 65)

Esses discursos não passam de fábulas, calcadas, mais uma vez, na idéia de que a modernização está criando uma nova era de trabalhadores qualificados e autônomos. Diante desse conjunto de problemas, permanentes na história do Brasil, dificilmente a modernização consegue atingir todos os lugares da mesma maneira e ao mesmo tempo. Ademais, na medida em que o trabalho está disperso no espaço, fragmentando ainda mais as percepções e ações das classes que vivem do trabalho, dificultam-se as *ações comunicativas* dos seus membros e as ações que se tornam consistentes contra o modelo de “desenvolvimento” que aliena e oprime.

5 POR UMA GEOGRAFIA CONSEQÜENTE DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A única opção que tem sido apresentada às classes que vivem do trabalho é a de continuarem na condição de reserva segura de mercado para as empresas. Contrariando esta corrente de ação e pensamento, defende-se a idéia de que urge pensar e praticar alternativas concretas no intuito de abandonar esse *discurso único*, buscando outras possibilidades. A nossa tarefa é de descobrir esta possibilidade. Nesta perspectiva:

[...] a cada passo devemos analisar as questões locais levando em consideração a totalidade física e social constituída pela rede urbana internacional [pelo espaço geográfico na sua totalidade]. É pertinente, porém, enfocarmos a cidade de modo diferenciado porque é nas cidades que está ocorrendo a produção da mão-de-obra e do exército de reserva – que embora hoje não seja tanto o industrial e o proletário, pois está cada vez mais no terciário, ainda é um exército de reserva e por enquanto ainda indispensável para o funcionamento do Sistema como um todo. (SCHERER, 2003: 198)

Primeiramente, cabe destacar ensinamentos das experiências de *economias solidárias* que se esboçam em várias partes do país, a qual

[...] não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação de

relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores. O projeto cooperativo já é antigo [...]. Foram inúmeras as tentativas de colocá-lo em prática. [...] tendo a maioria fracassado. Mas [...] os *kibutzim* em Israel estão na terceira geração, a vigorosa indústria formada por centenas de cooperativas em Mondragón, no país basco, já tem mais de 40 anos. (SINGER, 1998: 9)

A cidade é um espaço rico em opções de construção social, pois é nela que se tem visto a proliferação não somente de experiências de economia solidária como também de novas perspectivas de lidar com uma formação profissional ligada às necessidades das pessoas. Os fatores indicadores dessa possibilidade devem ser reunidos e articulados em uma política pública global capaz de promover, mediante a consideração das inúmeras diferenças sócio-culturais existentes na vida das pessoas, mudanças efetivas na organização sócio-espacial.

Nessas circunstâncias, as implicações da educação profissional decorrentes da transição da economia tradicional para uma nova economia tenderiam a apontar para uma educação continuada, voltada para a transferência tecnológica e para a multidisciplinaridade dos programas de qualificação. Dessa forma, o compromisso da educação profissional estaria se adequando às exigências de preparar o trabalhador ao longo de uma vida ativa para competir por um posto de trabalho (empregabilidade), mais do que especificamente para qualificá-lo para uma função específica e estável de longa duração, pelo menos durante a fase de instabilidade tecnológica. (POCHMANN, 2002: 130)

O que depende de ações coordenadas e articuladas pelo Estado, como um projeto nacional, funcionando em suas várias escalas do poder:

Esse novo contexto evidenciaria uma maior centralidade das ações governamentais voltadas para a educação profissional. Ao contrário do passado, em que predominavam conteúdos rígidos e específicos nos programas de formação profissional [...]. Um outro aspecto que se tornou recorrente no atual debate sobre a educação profissional encontra-se associado à identificação das chamadas competências laborais. Estas, por sua vez, podem ser definidas como capacidade do trabalhador de dominar o conjunto de tarefas que configuram uma determinada função, sobretudo diante do atual contexto de maior concorrência no interior do mercado de trabalho, novas tarefas e modificações das funções ocupacionais. Por isso, todas as instituições de ensino necessitariam levar em consideração as novas realidades colocadas pelo mundo do trabalho, como maior contribuição ao enfrentamento da problemática do emprego. (POCHMANN, 2002: 131-32)

A esse respeito, Pochmann (Ibidem) colocou três condições: *repactuação dos segmentos da formação profissional* visando construir outro modelo; *monitoração e observação* dos atuais modelos conforme as recentes transformações econômicas; e *envolvimento dos atores* articulando ações públicas para o mercado de trabalho e o desenvolvimento econômico. Os âmbitos local e regional também são fundamentais nesse processo. Nesse sentido:

[...] el esfuerzo más importante efectuado a nivel local se ha dirigido a la formación y a la cualificación de trabajadores y parados. En este contexto se abre paso a una nueva hipótesis para las políticas de empleo: la de articular el interés por crear nuevos puestos de trabajo con las actividades que potencialmente podrían ser fuente de nuevos empleos, lo que ha dado en denominarse yacimientos de empleo. (JIMENEZ, 1999: 17)

A experiência do Programa Social dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda é um avanço no sentido acima colocado, desde 2002, em Recife. A idéia é de reunir num único lugar um conjunto de ações à inclusão social: cursos de qualificação ao trabalho, agências de trabalho, incubadoras de atividades de produção, banco do povo etc. Contudo, algumas pesquisas (CASTILHO, 2007a; 2007b) mostram que experiências desse tipo encontram resistências à sua consolidação. O que se representa pela permanência de outras experiências baseadas em práticas clientelistas/assistencialistas, como a das escolas de ensino profissional criadas desde 1960; pela ausência de mais empenho dos gestores públicos dos pontos de vista da realização de investimentos mais pesados e da divulgação da nova experiência a qual é interessante e possui algo de criativo e inovador; pela falta de mais engajamento social no sentido de fazer valer os objetivos do Programa, discutindo-o profundamente; e, simultaneamente, pela própria estrutura social que ainda se apresenta refratária à mudança.

Porém, não deixam de ser percebidas e consideradas como experiências criativas e inovadoras que apontam para o alvorecer de um processo de formação de uma geografia conseqüente do trabalho, isto é, aquela fundamentada não apenas no aumento significativo de empregos, mas, ao mesmo tempo, na melhoria e na mudança concreta das condições de vida das classes que vivem do trabalho. O que só pode acontecer, segundo Mészáros (2007), na medida em que se tiver uma forma de trabalho realizando-se com reduzido tempo de trabalho sobre uma base social viável, capaz de combater o tempo do capital em prol do tempo social.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. 2002. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez.

ARENDT, H. 2005. **A condição humana**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BALLESTEROS, A. 2003. **Ciudad y empleo**. In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G.

(Orgs.) São Paulo: Contexto.

BAUMAN, Z. 2005. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

CARRERA, C. 2003. La ciudad y la creación de empleo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.) São Paulo: Contexto.

CASTILHO, C.J.M. de. 2007a. Lugar e trabalho: uma reflexão sobre o espaço geográfico em ações governamentais à promoção do trabalho. **Anais**, VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, João Pessoa, p.664-665.

_____. 2007b. O espaço geográfico na gestão de programas de inclusão social e novas dinâmicas socioespaciais em Recife/PE. **Anais**, II Seminário Nacional Metrôpole: governo, sociedade e dinâmicas espaciais, Rio de Janeiro, p.1-19,

DEJOURS, C. 2000. **A banalização da injustiça social**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas,

DIAS, R.A. 2000. Modernização e super-exploração: o trabalhador plugado pelo computador. **Ceas**, n. 186, p.63-70.

GEORGE, P. 1966. **Sociologie et géographie**. Paris: Presses Universitaires de France.

_____. 1975. **População e povoamento**. São Paulo: Difel.

_____. 1979. **Populações ativas**. Rio de Janeiro: Difel.

_____. 1983. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel.

HARVEY, D. 1992. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana

no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, 39, São Paulo, Ano XVI, p.48-63.

JIMÉNEZ, E. et. al. 1999. **Los nuevos yacimientos de empleo**. Los retos de la creación de empleo desde el território. Barcelona: Fundación Cirém/Içaria Editorial.

MARX, K. 2002. **Manuscritos economico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret. (coleção a obra de cada autor).

MÉSZÁROS, I. 2007. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo.

PASSET, R. 2002. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record.

POCHMANN, M. 2002. **O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo editorial.

REDEESCOLA. 1998. A população e o trabalho. *Tema 14 – Geografia*. Capturado em <http://www.sectec.rj.gov.br/redeescola/especialistas/geografia/tema14/geo-tm14.html>. 26/05/1998.

SCHERER, Rebeca. Cidade, trabalho e emprego na América Latina. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.) São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. 1998. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto.

SOUZA, M.L. de. 2006. **A prisão e a agora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, A.C.S. de. 2008. **O camelódromo: uma análise do seu papel no comércio informal da área central do Recife, a partir da visão dos camelôs**. Monografia (Curso de Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco), Recife.

SANTOS, M. 1971. **Les villes du tiers monde**. Paris: Librairies Techniques.

_____. 1980. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. 1997. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp.

_____. 2000. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record.

_____; SILVEIRA, M.L. 2001. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record.

_____. 2003. **Economia espacial. Críticas e alternativas**. 2ª. Edição. São Paulo: Edusp, (1ª. Edição: 1979).

ZAOUAL, H. 2006. **Nova economia das iniciativas locais. Uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A.